

JOANA FILIPA LOURENÇO MARCOLINO D'ALÉM

**IMPACTO DA ADVERSIDADE NA INFÂNCIA E NA
ADOLESCÊNCIA NO COMPORTAMENTO
CRIMINAL**

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Rita Cruz

Arguente: Prof.^a Dra. Olga Cunha

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Psicologia, Escola de Ciências da Vida

Lisboa

2021

JOANA FILIPA LOURENÇO MARCOLINO D'ALÉM

**IMPACTO DA ADVERSIDADE NA INFÂNCIA E NA
ADOLESCÊNCIA NO COMPORTAMENTO
CRIMINAL**

Dissertação apresentada para obtenção do
Grau de Mestre em Psicologia, no Curso
de Mestrado em Psicologia Forense,
conferido pela Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias.

Presidente: Prof. Doutor Nélcio Brazão

Arguente: Prof.^a Dra. Olga Cunha

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Rita Cruz

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Psicologia, Escola de Ciências da Vida

Lisboa

2021

Agradecimentos

O sentimento mais recorrente foi o desespero e a ansiedade, o pensamento de “eu não vou conseguir, mas já faltou mais vamos”, e neste processo não podia deixar de pensar nas pessoas que sempre acreditaram em mim e que mais demonstraram preocupação e empatia para comigo na conclusão deste projeto. Assim, quero agradecer:

À minha orientadora de dissertação, Ana Rita Cruz, que apesar da consciência sobre os prazos a cumprir, nunca descartou em momento algum os meus sentimentos negativos, que sempre acreditou em mim mesmo quando a conclusão do projeto para mim era considerada inalcançável. A si, um obrigada enorme por todo o apoio académico e pessoal.

Ao coordenador do curso de Psicologia Forense, Nélío Brasão, que sempre se demonstrou preocupado com o desenvolvimento deste projeto, que sempre apoiou as suas alunas em todos os momentos, demonstrando uma empatia e compaixão enormes. Obrigada professor, pela pessoa que é, pelo apoio que deu e pelo respeito que tem por todas nós.

À Dra. Sofia Guedes, minha orientadora de estágio, por me ter dado um exemplo a seguir, por me mostrar o que é ser uma boa profissional e ao mesmo tempo uma pessoa com um coração enorme. Obrigada por todo o apoio e por acreditar em mim.

À minha mãe, que em 25 anos de vida nunca duvidou da filha mais velha que tem, mesmo nos momentos mais complicados foi a primeira a dizer “vamos, tu és capaz filha, eu acredito em ti. Acredita.”. A ela que foi, é e sempre será o meu maior apoio e a minha maior fã.

Às minhas amigas, Beatriz, Joana, Beatriz, Daniela e ao meu amigo Daniel por terem sempre uma palavra amiga.

Ao meu namorado, que mesmo não percebendo muito do assunto, sempre me escutou e incentivou a não desistir. Que sempre demonstrou orgulho na pessoa que escolheu para o acompanhar.

A mim, que mesmo duvidando, que mesmo entrando em ansiedade, nunca desisti de chegar a este momento, de entregar este projeto para obtenção de um futuro muito desejado.

Resumo

As experiências de adversidade contra as crianças assumem diversas formas e têm sido alvo de atenção nacional e internacional por entidades como a APAV ou a UNICEF, devido ao impacto que estas podem ter na pessoa e nas relações estabelecidas na adolescência e na vida adulta. Adicionalmente, a literatura aponta a influência que as experiências adversas podem ter nos comportamentos antissociais dos indivíduos. Deste modo, numa amostra de 257 adultos portugueses foi explorada a associação entre experiências adversas na infância, comportamentos criminais e agressão. Utilizando um Questionário Sociodemográfico, um Questionário de Experiências Adversas na Infância (*Adverse Childhood Experiences*), um Questionário de Autorrelato de Comportamentos Criminais (D-CRIM) e uma Escala de Agressão Premeditada/Impulsiva (*Impulsive Premeditated Agression Scale*). Os dados apesar de demonstrarem valores de correlação baixa revelaram-se promissores no sentido da relação entre determinadas formas de adversidade, nomeadamente a categoria de abuso e manifestações de agressão tendencialmente impulsiva e premeditada e atos criminais de severidade diferente. Realça-se a importância das experiências adversas e da violência vivenciadas em tenra idade e o quanto isso pode afetar, física e psicologicamente, um ser humano ao longo da sua vida. Considera-se por isso oportuno investigar as implicações da adversidade para a prática do comportamento criminal.

Palavras-chave: experiências adversas na infância, agressão, comportamentos criminais.

Abstract

There are different types of adverse childhood. The phenomenon has been the focus of national and international attention from entities such as APAV (Portuguese Association for Victim Support) and UNICEF due to the impact adversity has on a person's life and relationships across the life cycle. Additionally, the literature points to the influence that adverse experiences can have on antisocial behavior. For this reason, we aimed to explore the association between adverse childhood experiences, criminal behavior, and aggression in a sample of 257 Portuguese adults. Using a Sociodemographic Questionnaire, an Adverse Childhood Experiences Questionnaire, a Criminal Behavior Self-Report, and a Premeditated/Impulsive Aggression Scale. Despite showing low correlation values, current data is promising regarding the relationships demonstrated between certain forms of adversity, such as abuse and manifestations of aggression, either impulsive or premeditated, and criminal acts of different severity. Current results emphasize the importance of addressing the impact of adversity and violence since some early experiences can physically and psychologically affect a human being throughout his life. It is, therefore, considered opportune to investigate the implications of adversity for the practice of criminal behavior.

Keywords: adversity experiences in childhood, aggression, criminal behavior.

Índice

Introdução	7
1. Experiências de Adversidade	7
2. Consequências das experiências de adversidade	8
3. Adversidade e Ciclo de Violência	9
4. Violência e Agressão	10
5. Objetivo e Hipóteses do projeto	11
Método	12
Amostra	12
Instrumentos	12
Procedimentos	14
Resultados	16
Discussão	23
Referências Bibliográficas	27

Introdução

Os maus-tratos contra as crianças assumem diversas formas e têm sido alvo de atenção nacional e internacional por entidades como a UNICEF ou a APAV, devido ao impacto que estes podem ter na pessoa e nas relações estabelecidas na adolescência e na vida adulta.

A UNICEF reporta que cerca de 5% dos jovens, em pelo menos um terço dos 73 países incluídos na estatísticas de 2020 em “Sexual Violence”, relatam experiências de violência sexual na infância, (Unicef, 2020). No âmbito do projeto CARE - rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) -, entre 2016 e 2019 o crime com mais expressão foi o abuso sexual de menores (62.5%), decorrido em contexto intrafamiliar (52.2%) e de forma continuada (58.4%) (APAV, 2020). Entre 2013 e 2018, de acordo com estatísticas da APAV verificou-se que as vítimas são maioritariamente do sexo feminino sendo a violência sexual, maioritariamente perpetrada dentro do núcleo familiar e no local de residência da vítima (APAV, 2019). A Direção-Geral de Saúde (2011) refere que qualquer que seja a forma de violência aplicada a crianças, esta irá causar danos, nomeadamente, diminuição da autoestima, podendo colocar em causa a dignidade do menor e impedir o seu adequado desenvolvimento, pois as vivências da infância e adolescência moldam e afetam o indivíduo até à vida adulta (DGS, 2011).

1. Experiências de Adversidade

A infância é uma etapa fundamental do ciclo de vida, na qual a inexistência de afeto e uma vinculação não segura, bem como outras formas de adversidade podem comprometer os padrões de comportamento no futuro. As experiências de adversidade na infância podem ser agrupadas em três categorias: (a) disfunções no agregado familiar que englobam problemas de saúde mental em elementos do agregado, o encarceramento de um familiar, exposição a episódios de violência doméstica e o divórcio ou separação parental; (b) negligência física e/ou emocional consideradas uma falha nos limites da parentalidade, não fornecendo condições para o adequado desenvolvimento das crianças em todos os seus domínios de vida (Stoltenborgh et al., 2014); e (c) abuso sexual, físico e/ou emocional (O'Dougherty Wright, 2007). O abuso sexual é definido como um ato que não pode ser consentido ou compreendido pela vítima; o abuso físico como algo não accidental que causa danos visíveis no corpo da vítima e o abuso emocional envolve agressão verbal ou emocional (Muniz et al., 2019; Stoltenborgh et al., 2014).

No que respeita, ao contexto da ocorrência, apesar de as três categorias de adversidade descritas estarem restritas ao agregado familiar, a escola, a comunidade e a internet constituem-se também como espaços onde podem ocorrer maus-tratos e experiências adversas, o que revela a possibilidade de existir uma variedade de perpetradores e contextos, para além dos familiares (Kalvin & Bierman, 2017).

2. Consequências das experiências de adversidade

As experiências adversas na infância são consideradas como um problema de saúde pública a nível global por afetarem, a curto e longo prazo, diversos domínios da vida da pessoa (Anda et al., 2006). Uma exposição reiterada a experiências de adversidade e de maus tratos culmina em dano, dor, humilhação ou até a morte da criança ou jovem (O'Dougherty Wright, 2007; Starecheski, 2015), podendo desenvolver esquemas mal adaptativos, com consequências a longo prazo, ou seja, poderão ocorrer dificuldades na regulação emocional, que se entende como a desadaptação, face a insuficiente flexibilidade para adaptação às mudanças do meio ambiente (Fava & Pacheco, 2017). Crianças com dificuldade de regulação emocional, quando zangadas ou frustradas, tendem a ter mais dificuldade em inibir os seus impulsos agressivos (Kalvin & Bierman, 2017), manifestando défices ao nível do funcionamento cognitivo e comportamentos externalizantes caracterizados pela impulsividade, agressividade e intimidação, que podem conduzir a condutas delinquentes ou desafiadoras e a perturbação de personalidade antissocial (Pacheco et al., 2005). Os atos que advém da externalização podem colocar em risco a sobrevivência da criança ou conduzir à adoção de estratégias de adaptação ao meio consideradas não normativas pela sociedade (Levenson & Grady, 2016; Pacheco et al., 2005; Pires & Miyazaki, 2005). Crianças e jovens expostos a violência/abuso físico poderão desenvolver problemas comportamentais similares aos que sofreram enquanto menores, tornando-se elas próprias perpetradoras de atos agressivos e violentos (O'Dougherty Wright, 2007).

A adversidade e os maus tratos acarretam consequências físicas, psicológicas, sexuais, emocionais e económicas podendo conduzir ao abuso de substâncias, a ansiedade, a baixa autoestima, a perturbação de stress pós traumático ou delinquência na criança/jovem que os experiência (Anda et al., 2006). Estas ações adversas sofridas, direta ou indiretamente, sem consentimento da vítima, podem originar danos reais ou potenciais para o desenvolvimento e dignidade da criança, e conduzir à adoção de comportamentos agressivos e violentos em um

determinado período ou ao longo do ciclo de vida. Estas experiências podem constituir-se como fatores de risco para o desenvolvimento de uma vida adulta pautada pelo envolvimento em atividades agressivas, sendo fundamental o entendimento acerca da forma com as experiências adversas sofridas antes dos 18 anos de idade afetam o bem-estar geral, o funcionamento social e como explicam o envolvimento em comportamentos de risco (DGS, 2011; O'Dougherty Wright, 2007).

3. Adversidade e Ciclo de Violência

O ciclo de violência é caracterizado por padrões de interações aversivas e pode ser suportado pela Teoria de Aprendizagem Social de Bandura (1971), que postula que a aprendizagem consiste na observação de comportamentos e consequente reprodução dos mesmos, sugerindo que as relações com os cuidadores influenciam os esquemas cognitivos e modelos internos da criança ou do jovem, que mais tarde os poderão reproduzir (O'Dougherty Wright, 2007; Sani, 2019). Segundo a Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1971) comportamentos do agressor e/ou da vítima resultam das aprendizagens em volta do núcleo familiar ou do grupo de pares. Assim, as crianças tendem a reproduzir, por imitação, os comportamentos observados o que pode levar ao envolvimento em comportamentos agressivos e/ou violentos no futuro. (Oliveira & Sani, 2009). É no seio familiar que se inicia a interiorização de valores morais que legitimam ou invalidam o recurso a violência, pelo que a inexistência de historial de atos de violência familiar resulta em maior probabilidade de estabelecimento de relações eficazes e sem conflitos, com baixa tolerância a comportamentos agressivos e violentos, ao contrário dos indivíduos que passaram por experiências adversas na infância (Oliveira & Sani, 2009).

Porém, a exposição a experiências adversas não tem de determinar o comportamento criminal, podendo esta afirmação ser suportada pela teoria da psicopatologia do desenvolvimento que tem como foco de estudo o desenvolvimento humano com ênfase nas perturbações psicopatológicas e as suas consequências para o comportamento ao longo do ciclo de vida do ser humano (Barros, 1998; Toth & Cicchetti, 2013). Adicionalmente, esta teoria debruça-se sobre o desenvolvimento disfuncional do indivíduo e esquemas mal adaptativos, uma vez que, o seu foco não é apenas a população forense, dado que uma pessoa pode exibir comportamentos desviantes sem exibir algum tipo de psicopatologia (Barros, 1998; Toth & Cicchetti, 2013). Destaca-se a relevância da teoria na prevenção de futuros comportamentos

mais graves, na orientação para a pesquisa e para esforços clínicos cuja função é compreender as causas e consequências do mau trato infantil (Barros, 1998; Cicchetti & Toth, 2016; Toth & Cicchetti, 2013). Para o efeito, os autores compararam grupos de indivíduos que (1) tenham vivenciado adversidade na infância e que, à posteriori, tenham desenvolvido comportamentos de risco, e (2) indivíduos que tenham vivido experiências semelhantes mas que não exibem quaisquer comportamentos de risco (Barros, 1998; Cicchetti, 2016; Toth & Cicchetti, 2013) de forma a perceber e identificar os fatores discriminatórios, i.e., os fatores que conduzem indivíduos com experiências semelhantes a trajetórias de vida diferentes. Portanto, trata-se de uma teoria que integra a psicologia do desenvolvimento, uma vez que estuda as mudanças e o desenvolvimento nos processos e nos comportamentos desadaptativos, e a psicopatologia na infância e na idade adulta (Barros, 1998; Cicchetti, 2016; Toth & Cicchetti, 2013). Defende a existência de perturbações associadas à má adaptação face às mudanças ao longo do desenvolvimento individual, tendo em conta a existência de um papel simbiótico entre as influências fisiológicas, cognitivas, emocionais, genéticas, sociais e culturais para o desenrolar do processo evolutivo da pessoa (Barros, 1998; Cicchetti, 2016). Em suma, esta teoria engloba o conceito das diferenças individuais e da multiplicidade de possíveis processos e resultados desenvolvimentais, reconhecendo que embora possam existir experiências de adversidade na infância estas não determinam o comportamento antissocial pois a criança pode, na idade adulta, apresentar um funcionamento adaptativo e saudável (Barros, 1998; Cicchetti, 2016; Toth & Cicchetti, 2013).

4. Violência e Agressão

A violência e a agressão são dois conceitos que andam de braço dado, sendo a primeira considerada como uma subsecção extrema e com consequências mais severas da segunda uma vez que os atos de violência são considerados agressão mas nem todos os atos de agressão são considerados violentos (Allen & Anderson, 2017). Define-se agressão como o ato intencional de ferir ou prejudicar outros que evitam a dor; este pode assumir diversas formas como ferimentos físicos, ferir os sentimentos de terceiros ou até prejudicar as relações sociais (Allen & Anderson, 2017). Quando não levada a extremos a agressividade pode ser considerada como uma reação normal, emotiva ou desejável às ameaças ambientais, muito característica quando se trata de sobrevivência, por outro lado, se conduzida a extremos pode ser considerada uma característica patológica da perturbação explosiva intermitente, uma vez que representa uma

falha no controlo de impulsos agressivos (Allen & Anderson, 2017; Savić & Jukić, 2014; Stanford et al., 2003). Os atos agressivos podem variar entre agressão verbal (acessos de raiva ou discussões verbais) ou agressão física (a propriedades, animais ou a outras pessoas) (American Psychiatric Association, 2013).

Apesar das diferenças teóricas entre os diferentes atos agressivos, a avaliação de tal comportamento carece de especificidade conceptual, de forma a aprimorar a avaliação, é importante ter em consideração que a agressão se trata de um processo comportamental com o objetivo de infligir dano a outra pessoa que, na realidade evita qualquer mal (Ferrari, 2006).

O conceito de agressividade pode diferenciar-se segundo agressão premeditada que consiste na expressão de um comportamento planeado e consciente, não espontâneo, nem relacionado com o estado de agitação e/ou stress do momento pelo que, pode não estar diretamente relacionado com uma ameaça iminente, e agressão impulsiva, que se caracteriza por respostas rápidas, automáticas e reativas, e ausência de planeamento (Moeller et al., 2001; Savić & Jukić, 2014; Stanford et al., 2003). Importa referir que não apenas a perpetração da agressividade é danosa para o individuo como devemos também ter em conta que o ato de testemunhar condutas violentas é considerado o suficiente para o desenvolvimento de sintomatologia não adaptativa (Sani, 2019).

5. Objetivo e Hipóteses do projeto

O presente trabalho de cariz exploratório, pretende aprofundar de que forma a exposição a adversidade na infância pode influenciar o envolvimento em conduta agressiva, nomeadamente as implicações da exposição a adversidade para a prática de comportamentos agressivos e violentos. Assim sendo, as hipóteses formuladas pretendem explorar a influência das experiências adversas vivenciadas na infância para o desenvolvimento de comportamento criminal e/ou agressivo na idade adulta. Assim, espera-se que a exposição a experiências adversas na infância se associe com o envolvimento em comportamento agressivo e/ou violento na idade adulta. Prevemos uma associação significativamente positiva entre as experiências adversas e o padrão impulsivo de agressividade e, por fim, esperamos encontrar uma associação significativamente negativa entre as experiências adversas e o padrão de agressividade premeditado.

Método

Amostra

Neste estudo foram recrutados participantes adultos, de nacionalidade portuguesa ou com compreensão da língua portuguesa, de ambos os sexos.

A amostra é composta por 257 participantes, com uma média de idades de 23.64 anos ($DP = 6.24$; mínimo 18 anos e máximo 63 anos), com dados omissos para nove respondentes. Relativamente ao sexo da amostra obtiveram-se 257 respostas (uma omissão), em que do sexo feminino existem 205 pessoas (79.8%), 50 pessoas do sexo masculino (19.5%) e uma pessoa não-binária, com a orientação sexual maioritariamente assinalada como heterossexual ($n = 218$; 84.8% dos participantes).

Relativamente às habilitações literárias 257 participantes responderam, dos quais 127 concluíram o ensino secundário (12º ano) e 107 pessoas possuem algum grau no ensino superior, com incidência na licenciatura (33.5%). Sobre a situação profissional, obteve-se um total de 257 respostas (duas omissões), a maioria dos participantes da amostra é atualmente estudante (128 pessoas; 49.8%), estão a trabalhar (55 pessoas; 21.4%) ou assinalaram enquanto estatuto profissional serem trabalhadores-estudantes (53 pessoas; 20.6%).

Instrumentos

Questionário sociodemográfico para obtenção de informação sobre o género, orientação sexual, idade, nacionalidade, nível educacional e socioeconómico, estatuto profissional, estado civil, envolvimento amoroso atual, duração da relação, número de filhos, historial de consumo de álcool ou outras drogas.

Adverse Childhood Experiences - (ACE; Felitti et al., 1998; Silva & Maia, 2007) - medida de autorrelato que avalia as experiências adversas na infância, constituída por 17 itens divididos por três categorias: experiências contra o indivíduo (abuso emocional, físico e sexual), ambiente familiar disfuncional (violência doméstica, divórcio, abuso de substâncias, encarceramento de um familiar ou problemas de saúde mental de familiar) e negligência (física ou emocional). A resposta dos participantes é pontuada como “presença” (1) ou “ausência” (0) da experiência; o total de adversidade resulta do número de experiências adversas assinaladas como presentes.

D-CRIM (Basto-Pereira et al., 2015) - questionário de autorrelato de delinquência e crime, com 12 itens sobre a presença de comportamentos criminais ao longo da vida ou nos doze meses anteriores à data de aplicação do questionário (respostas de sim/não sobre doze comportamentos criminais diferentes). No presente estudo iremos analisar os comportamentos criminais ao longo da vida. Este instrumento apresenta também propriedades psicométricas adequadas, nomeadamente em termos de sensibilidade do item, validade de conteúdo, convergente e concorrente (Basto-Pereira et al., 2015).

Impulsive Premeditated Aggression Scale (IPAS; Stanford et al., 2003; Cruz et al., 2019) - escala de autorrelato que avalia a agressão impulsiva e a premeditada, composta por 30 itens avaliados por uma escala de Likert de 5 pontos (1 - discordo totalmente a 5 - concordo totalmente). O IPAS tem demonstrado resultados aceitáveis para a consistência interna com valores de alfa de Cronbach de .82 para Agressão Premeditada (AP) e .77 para a Agressão Impulsiva (AI), na versão original (Stanford et al., 2003), relativamente à versão portuguesa, o alfa de Cronbach é de .81 para AP e de .86 para AI (Cruz, Pasion, et al., 2019). Esta escala permite analisar a agressividade tendencialmente impulsiva e a agressividade tendencialmente premeditada em dimensões ou categorias. De acordo com análise dimensional, são somados os itens para obter uma pontuação de AI e de AP, na análise por categorias são apenas contabilizadas respostas positivas de 4 a 5 pontos (concordo e concordo totalmente) para cada uma das subescalas de agressão.

O IPAS apresenta boas propriedades psicométricas na amostra deste estudo; para a AP a consistência interna é elevada ($\alpha=.83$). A subescala AI apresenta uma consistência interna de $\alpha=.78$.

Socially Desirable Response Scale-5 (SDRS-5; Hays et al., 1989; Pechorro et al., 2019) - instrumento de controlo relativamente à desejabilidade social. SDRS-5 é constituída por cinco itens que avaliam a desejabilidade social; cada um destes itens é cotado numa escala de Likert de cinco pontos (1 - totalmente verdadeiro a 5 - totalmente falso). Pontuações elevadas indicam níveis de desejabilidade social mais altos. A consistência interna na versão original de Hays (1989), apresenta como valor de alfa de Cronbach .66 para a amostra de desenvolvimento e .68 para amostra de validação cruzada. Na versão portuguesa de Pechorro e colaboradores (2019) o alfa de Cronbach mostrou ser de .71 para o sexo feminino e .72 para o sexo masculino.

A análise de consistência interna ao SDRS-5 na presente amostra demonstrou um valor de alfa de Cronbach de .56 que é inferior ao reportado na versão original e na versão portuguesa de Pechorro e colaboradores (2019).

Procedimentos

Este estudo faz parte de um projeto mais alargado “The role positive and negative childhood experiences on antisocial behavior” que obteve a aprovação do Comité de Ética da Escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

A pesquisa envolve participantes adultos que recrutados como voluntários para um estudo online, sem retorno financeiro, ou outro. Todos os participantes devem consentir em colaborar após serem informados, antes do início da recolha de dados, sobre a natureza da sua participação - liberdade de recusar responder, possibilidade de desistência a qualquer momento do estudo e ausência de riscos envolvidos -; confidencialidade dos dados recolhidos; garantia de anonimato - não havendo lugar ao fornecimento ou recolha de informação pessoal -; e respeito dos princípios éticos exigidos. Os contactos da equipa de investigação foram disponibilizados no início e no final da recolha de dados, para potencial esclarecimento de dúvidas ou questões relacionadas com o estudo. As informações fornecidas pelos participantes foram mantidas em formato digital, sem identificação dos envolvidos, com acesso exclusivo das investigadoras principais envolvidas na pesquisa.

A recolha de dados foi realizada exclusivamente online, por meio da plataforma Qualtrics. As investigadoras responsáveis procederam à importação de dados e preparação da base de dados para o programa de análise estatística. Apenas os membros do projeto têm acesso à base de dados final. O link para o estudo foi distribuído através de meios institucionais e nas redes sociais das investigadoras e alunas envolvidas no projeto.

Os procedimentos de amostragem são compatíveis com uma amostra não probabilística por conveniência.

Relativamente à análise de dados, num primeiro momento foram realizadas estatísticas descritivas para caracterização da amostra e da prevalência das variáveis em estudo, bem como análises da consistência interna das escalas. Em seguida foram realizadas análises de estatística inferencial para o teste às nossas hipóteses. Para verificar a associação entre as variáveis foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson. A correlação de Pearson varia entre -1 e 1, isto é, variáveis com valores próximos de 1 têm elevada correlação, em contraste, variáveis com valores próximos de -1 têm fraca correlação e caso se obtenham variáveis quantificadas com 0

(zero), estas não possuem entre si qualquer correlação (Field, 2009). Foram ainda utilizados testes *t* para amostras independentes para comparar os resultados de homens e mulheres da amostra face ao padrão de agressividade. Os dados foram analisados com recurso ao programa estatístico *IMB SPSS*, versão 27.

Resultados

Os resultados da análise descritiva referentes às experiências adversas são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1

Frequência de adversidade em participantes do sexo feminino e participantes do sexo masculino

ACE - categorias	N	Sexo	
		Feminino	Masculino
Abuso emocional	125	106	19
Abuso físico	79	62	17
Abuso sexual	45	38	7
Negligência emocional	134	113	21
Negligência física	24	17	7
Divórcio	85	64	21
Abuso substâncias	60	50	10
Prisão familiar	8	8	0
Doença mental	102	83	19
Exposição Violência Doméstica	69	58	11
Abuso Total	156	128	28
Negligência Total	133	111	22
Disfunção Total	193	156	37

Os participantes do sexo feminino reportaram uma maior predominância de negligência e abuso emocional, sendo a prisão de um familiar a experiência menos predominante. Para os participantes do sexo masculino a negligência emocional e o divórcio parental foram as experiências mais reportadas e nenhum participante reportou a prisão de um familiar.

Salienta-se que a categoria disfunção no agregado familiar foi a mais reportada pelos participantes com um total de 193 respostas afirmativas numa amostra de 257 respondentes.

Através da tabela 2, pretendeu-se descrever a frequência de atos criminais violentos ou não violentos no total da amostra e por sexo.

Tabela 2

Frequência de crime em participantes do sexo feminino e do sexo masculino

Variáveis	N	Sexo	
		Feminino	Masculino
D-CRIM			
Não Violento			
Furto	48	33	15
Condução Ilegal	41	30	11
Tráfico de drogas	7	2	5
Posse de armas	13	8	5
Contra propriedade	17	12	5
Violento			
Agressão	38	27	11
Violência na intimidade	26	23	3
Homicídio	1	1	0
Violência familiar	55	47	8
Ameaça	31	21	10
Violação ^a	-	-	-

^a A questão 6 do questionário D-Crim não obteve qualquer resposta

Os crimes violentos são os mais reportados pelos participantes, com 151 respostas afirmativas, os crimes não violentos, por sua vez, foram reportados 126 vezes. Nos crimes violentos, a violência familiar é a variável que mais se salienta, enquanto o homicídio foi o menos reportado; apenas por uma participante do sexo feminino. No sexo feminino, salienta-se a violência familiar como o crime mais reportado. Nos crimes não violentos, o furto e a condução ilegal são os mais salientes. Para os participantes de ambos os sexos, o furto e a condução ilegal, são os crimes não violentos mais reportados.

Quanto a desejabilidade social, a média da pontuação da amostra foi de 16.7 ($DP = 3.01$) sendo que este valor variou entre um mínimo de 8 e um máximo de 24 pontos.

Em termos da descrição das características da amostra procedeu-se a análise do padrão predominante de agressividade na comparação das respostas entre os participantes do sexo masculino e participantes do sexo feminino (ver tabela 3).

Tabela 3*Teste de diferenças para o padrão de agressividade por sexo dos participantes*

	Homens		Mulheres		<i>t</i> (gl)	<i>p</i>	Cohen's <i>d</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
AP	32.39	6.33	29.36	8.51	2.79(94.6)	.006	.372
AI	26.45	5.64	24.50	7.93	1.99(99.2)	.049	.259

Nota. AP – Agressão premeditada; AI – Agressão impulsiva

Considera-se o tamanho do efeito pequeno visto que $d = [0.20 - 0.30]$, porém, existem diferenças significativas entre homens e mulheres no padrão de agressividade, com os homens a apresentarem resultados superiores às mulheres.

Hipótese 1: Espera-se que a exposição a experiências adversas na infância se associe com o envolvimento em comportamento agressivo e/ou violento na idade adulta.

Para testar a associação entre experiências adversas vivenciadas na infância e o envolvimento em comportamento agressivo, violento ou não violento na idade adulta, foi realizada uma análise de correlação (ver tabela 4). Apesar da inexistência de resultados significativos, a vivência de uma experiência de abuso e/ou negligência demonstrou uma associação positiva fraca com o total de comportamentos violentos reportados. A presença da vivência de disfunção associou-se de forma fraca e negativa quer com os comportamentos violentos, quer com os comportamentos não violentos. Adicionalmente, a presença de abuso e a presença de negligência correlacionaram-se de forma negativa e fraca com o total de comportamentos não violentos reportados.

Analisando a relação entre total de crimes reportados e o somatório de cada uma das categorias de adversidade, foi encontrada uma correlação significativa baixa entre o total de crimes violentos reportados e o total de experiências de abuso na infância e/ou adolescência ($r = .259$, $p = .05$). As restantes correlações efetuadas entre o total de crimes e os totais de experiências de negligência e de disfunção apresentaram valores não significativos e fracos.

Tabela 4

Associação entre as experiências adversas e o crime

	Total de comportamentos violentos	Total de comportamentos não violentos
Presença de Abuso	.054	-.167
Presença de Negligência	.030	-.003
Presença de Disfunção	-.083	-.092

De forma a testar a associação entre o tipo de crime (violento ou não violento) com as variáveis de adversidade, realizou-se uma análise de correlação (ver tabela 5). A experiência de abuso emocional é a variável que mais se relacionou positivamente com as restantes variáveis de abuso e de negligência, como também com a exposição a violência doméstica. O abuso emocional trata-se, também, da experiência de adversidade que mais se correlaciona com o comportamento criminal violento; no entanto, embora positiva e significativa, esta associação é fraca ($r = .228, p = .01$). A exposição a violência doméstica é a variável que se relaciona de forma significativamente positiva, mas fraca com as restantes variáveis de adversidade, já uma perturbação de saúde mental aparenta ser a variável que menos se associa ao tipo de crime, com uma correlação negativa e fraca (CV: $r = -.026, p = .815$; CNV: $r = -.039, p = .718$).

Adicionalmente, verificou-se que os crimes não violentos não apresentaram associação com nenhuma das experiências adversas na infância estudadas.

Tabela 5*Correlação entre crime violento e não violento com as variáveis do ACE*

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. Abuso emocional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Abuso físico	.513**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Abuso sexual	.188**	.036	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Negligência emocional	.335**	.195**	.145*	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Negligência física	.202**	.175**	.095	.270**	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Divórcio	-.022	-.111	.002	-.048	.157*	-	-	-	-	-	-	-
7. Abuso substâncias	.104	.015	.072	.089	.220**	.068	-	-	-	-	-	-
8. Prisão familiar	.012	-.004	-.001	.046	.073	.110	.110	-	-	-	-	-
9. Doença mental	.015	-.006	-.042	.115	.132*	-.094	.048	-.056	-	-	-	-
10. Exposição violência doméstica	.354**	.233**	.155*	.181**	.118	.169**	.222**	.127*	.079	-	-	-
11. Crime violento	.228**	.179	.109	.050	.069	-.043	.085	.036	-.026	.030	-	-
12. Crime não violento	-.028	.046	.063	.078	-.022	-.041	.022	.821	.718	-.163	.247	-

** A correlação é significativa no nível 0.01 (2 extremidades);

* A correlação é significativa no nível 0.05 (2 extremidade)

Hipóteses 2 e 3: Espera-se uma associação significativamente positiva entre as experiências adversas e o padrão impulsivo de agressividade e uma associação significativamente negativa entre as experiências adversas e o padrão de agressividade premeditado, respetivamente.

A tabela 6 apresenta os valores de associação entre as experiências adversas e os padrões de agressividade impulsivo e premeditado. Embora fraca, foi encontrada uma correlação significativamente positiva entre os padrões de agressividade impulsiva e premeditada e o total de experiências de abuso, bem como uma correlação positiva entre experiências de negligência reportadas e o padrão de agressividade impulsivo, ou seja, cada variável tem influência proporcional na outra. A associação entre os padrões de agressividade impulsivo e premeditado, e a vivência de experiências de disfunção do agregado apresentam os valores mais baixos da análise ($r = .039$, $r = .075$) que embora positivos não são significativos.

Tabela 6

Associação entre as experiências adversas e o padrão de agressividade

Variáveis	1	2	3	4	5
1. ACE: Categoria Abuso	-	-	-	-	-
2. ACE: Categoria Negligência	.359**	-	-	-	-
3. ACE: Categoria disfunção no agregado familiar	.246**	.245**	-	-	-
4. AP	.177**	.091	.039	-	-
5. AI	.178**	.134**	.075	.526**	-

**A correlação é significativa no nível 0.01 (1 extremidade)

Adicionalmente, a tabela 7 apresenta os dados das várias categorias que constituem as experiências adversas e a sua associação com o padrão de agressividade. Os resultados mostram que as experiências adversas de abuso se associam positivamente com a agressão premeditada ($r = .203$, $p = .01$) e com a agressão impulsiva ($r = .158$, $p = .05$), embora a força dessa associação seja fraca. Foram ainda encontradas correlações significativas positivas entre o abuso físico e a agressão impulsiva ($r = .157$, $p = .05$) e entre a negligência emocional e a agressão impulsiva ($r = .131$, $p = .05$).

Tabela 7*Associação entre as categorias das experiências de adversidade e o padrão de agressividade*

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. Abuso emocional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Abuso físico	.513**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Abuso sexual	.188**	.036	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Negligência emocional	.335**	.195**	.145*	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Negligência física	.202**	.175**	.095	.270	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Divórcio	-.022	-.111	.002	-.048	.157*	-	-	-	-	-	-	-
7. Abuso substâncias	.104	.015	.072	.089	.220**	.068	-	-	-	-	-	-
8. Prisão familiar	.015	-.006	-.042	.115	.135*	-.094	.048	-	-	-	-	-
9. Doença mental	.012	-.004	-.001	.046	.073	.110	.110	-.056	-	-	-	-
10. Exposição violência doméstica	.354**	.233**	.155*	.181**	.118	.169**	.222**	.127*	.079	-	-	-
11. Agressão premeditada	.203**	.123	.077	.120	-.038	-.033	-.043	.054	.025	.045	-	-
12. Agressão impulsiva	.158*	.157*	.041	.131**	.000	-.055	.058	.009	.043	.039	.526**	-

** A correlação é significativa no nível 0.01 (2 extremidades);

* A correlação é significativa no nível 0.05 (2 extremidades)

Discussão

O principal objetivo deste estudo foi perceber a associação entre experiências de adversidade na infância e adolescência e as repercussões na idade adulta, relativamente ao comportamento criminal e padrão de agressão do indivíduo.

O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) refere que os crimes não violentos são os mais prevalentes, com foco nos contra o património e furto, e com subidas relevantes ao longo dos anos (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2020). Relativamente aos crimes violentos, os crimes contra as pessoas, com ênfase sobre a violência doméstica, a ofensa à integridade física e a ameaça, são os crimes mais praticados, que no seu conjunto representam 72.7% desta tipologia de crimes. Estes dados, embora se refiram a criminalidade reportada, dão ênfase às respostas fornecidas pelos participantes neste estudo, apresentando, desse modo dados de prevalência similares às estatísticas anuais referentes a 2020, no que diz respeito ao tipo de crime praticado (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2020).

No que respeita aos resultados do teste à hipótese 1, os mesmos comprovam uma associação entre a adversidade e a criminalidade embora a mesma seja fraca. Tal resultado reflete a possibilidade que outras variáveis tenham influência no comportamento das pessoas. Por esse motivo, seria interessante testar o poder preditivo de outras variáveis como as experiências positivas na infância. Uma análise mais discreta demonstrou que o total de abuso aparenta ser a exposição mais positivamente associada com os comportamentos violentos. Também a negligência demonstrou possuir uma associação positiva, embora fraca, com o total de comportamentos violentos reportados. Por outro lado, os dados de disfunção no agregado apresentam uma associação negativa e fraca com o crime, quer com comportamentos violentos quer com comportamentos não violentos. Estes resultados indicam a existência de uma potencial de relação entre a exposição a experiências adversas e o crime, mas que possivelmente existe o contributo de outros fatores com efeito protetor face ao impacto das vivências de adversidade.

Quanto ao teste à hipótese 2, tendo em conta a interpretação dos valores de correlação, observamos a existência de uma associação positiva e significativa entre as experiências adversas e o padrão de agressividade tanto impulsivo como premeditado, embora fraca denotando que a presença de disfunção no agregado foi a categoria de adversidade que não apresentou correlação significativa com os padrões de agressão estudados.

Confirma-se assim, a segunda hipótese de que existe associação significativamente positiva entre as experiências adversas e o padrão impulsivo de agressividade. De acordo com a literatura, a impulsividade tende a ser o padrão de agressão mais predominante, caracterizado por níveis elevados de reatividade face a eventos ou estímulos exteriores (Cruz, Castro-Rodrigues, et al., 2019; Stanford et al., 2003).

A terceira hipótese não se confirmou, pois, como os resultados demonstram, existe uma correlação significativa entre este padrão de agressividade e as experiências de abuso. A literatura confirma uma predominância para o padrão impulsivo de agressividade (Cruz, Castro-Rodrigues, et al., 2019; Stanford et al., 2003), porém foi também encontrada uma associação positiva entre abuso e premeditação. Estes resultados embora significativos tiveram uma força de associação fraca o que pode ser explicado por fatores psicológicos e emocionais individuais (e.g., regulação emocional), fatores de proteção e por diferenças das funções executivas como uma maior capacidade de planeamento de atividades e de pensar no futuro, maior controlo de respostas impulsivas, o que reflete uma melhor capacidade de adaptação às exigências ambientais e de gestão de problemas. As funções executivas são responsáveis pela formulação de metas, supervisionamento das próprias ações, incluindo de correção das mesmas (Morton, 2013).

Em suma, apesar de considerarmos ser este estudo uma primeira exploração à relação destas variáveis numa amostra comunitária portuguesa, os dados encontrados sugerem a presença de associação entre as vivências de adversidade e maus-tratos na infância e, conseqüentemente uma probabilidade e propensão de envolvimento em atos antissociais na idade adulta, a exemplo de estudos de revisão recentes (Braga, 2018).

Neste projeto foi possível constatar a existência de eventuais limitações e constrangimentos relativos, nomeadamente, a impossibilidade de retornar às questões anteriores, que pode ter resultado na desistência de participantes. Adicionalmente, o facto de o questionário ser online poderá ter feito com que o mesmo chegasse a uma amostra mais homogénea em termos de idade, pois é a população mais jovem a ter mais acesso às novas tecnologias; assim, caso fosse recolhida uma amostra mais heterogénea seria possível aprofundar potenciais diferenças entre participantes de outras faixas etárias e por exemplo estudar o impacto que outras experiências de vida como sejam as positivas, podem ter para o indivíduo, que influenciem o seu comportamento e as suas atitudes. Os dados recolhidos descrevem a população que obtivemos para este estudo e não podem ser extrapolados para a população geral, pois sabemos que os mesmos apenas traduzem os níveis de criminalidade

reportados pelos participantes quando noutras faixas etárias outros fatores não avaliados podem interferir tais como o envelhecimento, a diminuição de energia e estabilidade pessoal que podem contribuir para a diminuição de atos criminosos. Neste âmbito não podemos também esquecer que as estatísticas oficiais nacionais demonstram uma tendência superior das pessoas do sexo masculino para cometerem crimes, porém a distribuição desigual de participantes por sexo na nossa amostra não nos permitiu retirar conclusões substantivas quanto à criminalidade perpetrada.

Uma outra limitação a corrigir em recolhas de dados futuras prende-se com a necessidade de recolha de informação sobre o envolvimento prévio com o sistema de promoção e de proteção ou com o sistema de justiça criminal. Por fim, o facto de serem usadas medidas de autorrelato, levou a que a desejabilidade social fosse considerada uma vez que pode existir uma tendência para o enviesamento dos resultados, pelo que estas escalas são usadas para controlar esse fenómeno. No geral, os indivíduos desta amostra têm tendência a demonstrar atitudes e comportamentos socialmente aceitáveis ou desejáveis, para que, obviamente, sejam aceites na sociedade e grupos sociais, mas também para não gerarem sentimentos negativos (Almiro, 2017). A amostra comunitária deste projeto apresenta uma média de desejabilidade social que não nos permite afirmar com total certeza da presença da mesma, embora os valores médios de resposta aos itens de resposta da escala denotem uma tendência para responderem de forma socialmente mais aceitável.

Em estudos futuros, seria pertinente comparar os dados dos participantes que reportaram adversidade com um grupo de controlo constituído por pessoas sem vivência de adversidade na infância, de forma a distinguir o impacto diferencial das vivências individuais na infância e na adolescência

Esta temática é relevante para a população, nacional e internacional, pela possibilidade de compreender o impacto das experiências adversas sofridas na infância para o comportamento criminal. É de conhecimento comum que nem todos os dados chegam ao sistema de promoção e proteção ou ao sistema de justiça, de menores ou adultos, logo a adversidade pode nunca chegar a ser reportada e, conseqüentemente, a leitura do fenómeno se prender apenas com os casos que chegam ao conhecimento das instituições. Deste modo, apesar do caráter exploratório deste trabalho pretendemos demonstrar a prevalência de eventos adversos numa amostra da população e reforçar desta forma as implicações para a vida adulta, e a necessidade de prevenção da exposição à adversidade e, conseqüentemente, um potencial envolvimento em futuros acontecimentos criminógenos. Por outro lado, o verificado em termos de associação

entre adversidade e agressividade denota a necessidade de planificação e adaptação de programas de prevenção e intervenção adequados às necessidades de cada pessoa, pois apesar de fraca, a correlação encontrada aponta para uma associação entre abuso e negligência e ambos os padrões de agressão estudados, padrões esses com características comportamentais e cognitivas distintas. Por outro lado, a fraca correlação e a ausência da mesma para os casos de disfunção conduzem à suposição de que outros fatores podem estar relacionados com o impacto da adversidade a longo prazo.

Futuramente, poder-se-ia considerar o tipo de gravidade para cada crime cometido (violento ou não violento) no que diz respeito a condenações, queixas, penas aplicadas e presenças em tribunal, para que seja possível averiguar a forma como o crime é de facto reportado e considerado pelo sistema de justiça, pois como foi referido anteriormente nem todos os dados são reportados e nem todos os crimes são punidos, porém isso não invalida a quantidade de criminalidade existente no nosso país e que poderá também ser explicada pelas experiências sofridas na infância, dado que sem apoios os jovens e adultos podem manifestar mecanismos de coping desadequados para a gestão de problemas e uma menor resiliência (Barros, 1998). Seria ainda relevante estudos que acrescentassem ao agora apresentado as competências socio emocionais como a regulação emocional e a empatia, de modo a averiguar se o estado emocional gerado pelas experiências adversas influencia o comportamento criminal no futuro, o que pode ajudar a compreender o quanto isso pode afetar o indivíduo psicologicamente e até que ponto justifica e explica as diferentes reações agressivas entre pessoas que vivenciaram experiências similares.

Referências

- Allen, J. J., & Anderson, C. A. (2017). Aggression and Violence: Definitions and Distinctions. *The Wiley Handbook of Violence and Aggression*, 1–14. <https://doi.org/10.1002/9781119057574.whbva001>
- Almiro, P. A. (2017). Uma nota sobre a Desejabilidade Social e o Enviesamento de Respostas. *Revista Avaliação Psicológica*, 16(03), 253–386. <https://doi.org/10.15689/ap.2017.1603.ed>
- American Psychiatric Association. (2013). *DSM-5: manual diagnóstico e estatística de transtornos mentais* (Techbooks (ed.)).
- Anda, R. F., Felitti, V. J., Bremner, J. D., Walker, J. D., Whitfield, C., Perry, B. D., Dube, S. R., & Giles, W. H. (2006). The enduring effects of abuse and related adverse experiences in childhood: A convergence of evidence from neurobiology and epidemiology. *European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience*, 256(3), 174–186. <https://doi.org/10.1007/s00406-005-0624-4>
- APAV. (2019). *Estatísticas APAV - Relatório Anual*. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV-Relatorio_Anual_2019.pdf
- APAV. (2020). *Apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual*. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_CARE_2016_2019.pdf
- Bandura, A. (1971). Social Learning Theory. In *Encyclopedia of Animal Behavior* (pp. 1–46). General Learning Corporation. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-813251-7.00057-2>
- Barros, R. (1998). *RISCOS NO DESENVOLVIMENTO : incursões pela psicopatologia infantil*.
- Basto-Pereira, M., Miranda, A., Ribeiro, S., & Maia, Â. (2015). The Psychometric Properties of a Questionnaire for Measuring Delinquency and Crime (D_CRIM). *Avances En Psicología Clínica*, 856–867.

- Braga, T., Cunha, O., & Maia, Â. (2018). The enduring effect of maltreatment on antisocial behavior: A meta-analysis of longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, 40(March), 91–100. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.04.003>
- Cicchetti, D. (2016). Socioemotional , Personality , and Biological Development : Illustrations from a Multilevel Developmental Psychopathology Perspective on Child Maltreatment. *Annu. Rev, Psychol*, 67, 187–211. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-122414-033259>
- Cicchetti, D., & Toth, S. (2016). *Child Maltreatment and Developmental Psychopathology: A Multilevel Perspective* (pp. 1–56).
- Cruz, A. R., Castro-Rodrigues, A. de, Rundle, B., Berrios-Torres, I., Gonçalves, R. A., Barbosa, F., & Stanford, M. S. (2019). Versatility and exploratory psychometric properties of the Impulsive/Premeditated Aggression Scale (IPAS): A review. *Aggression and Violent Behavior*, 47(March), 12–20. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.03.003>
- Cruz, A. R., Pasion, R., Castro Rodrigues, A., Zabala, C., Ricarte, J., & Barbosa, F. (2019). Psychometric properties of the impulsive/premeditated aggression scale in portuguese community and forensic samples. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, 41(2), 144–148. <https://doi.org/10.1590/2237-6089-2018-0055>
- DGS. (2011). *Acção de Saúde para Crianças e Jovens em Risco* (Patent No. 31292). <https://www.dgs.pt/ms/15/pagina.aspx?ur=1&id=5526>
- Fava, D., & Pacheco, J. (2017). Maus tratos, problemas de comportamento e autoestima em adolescentes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 13(1), 20–28. <https://doi.org/10.5935/1808-5687.20170005>
- Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., Koss, M. P., & Marks, J. S. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The adverse childhood experiences (ACE) study. *American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 245–258. [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(98\)00017-8](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(98)00017-8)

- Ferrari, I. F. (2006). Agressividade e violência. *Psicologia Clínica*, 18(2), 49–62. <https://doi.org/10.1590/s0103-56652006000200005>
- Field, A. (2009). Descobrimos a estatística usando o SPSS. In Artmed (Ed.), *Aletheia* (2nd ed., Issues 35–36).
- Hays, R. D., Hayashi, T., & Stewart, A. L. (1989). A five-item measure of socially desirable response set. In *Educational and Psychological Measurement* (Vol. 49, Issue 3, pp. 629–636). <https://doi.org/10.1177/001316448904900315>
- Kalvin, C. B., & Bierman, K. L. (2017). Child and adolescent risk factors that differentially predict violent versus nonviolent crime. *Aggressive Behavior*, 43(6), 568–577. <https://doi.org/10.1002/ab.21715>
- Levenson, J., & Grady, M. (2016). Childhood Adversity, Substance Abuse, and Violence: Implications for Trauma-Informed Social Work Practice. *Journal of Social Work Practice in the Addictions*, 16(1–2), 24–45. <https://doi.org/10.1080/1533256X.2016.1150853>
- Moeller, F. G., Barratt, E. S., Dougherty, D. M., Schmitz, J. M., & Swann, A. C. (2001). Psychiatric aspects of impulsivity. *American Journal of Psychiatry*, 158(11), 1783–1793. <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.158.11.1783>
- Morton, J. B. (2013). *Funções executivas*. <https://www.encyclopedia-crianca.com/funcoes-executivas/introducao>
- Muniz, C. N., Fox, B., Miley, L. N., Delisi, M., Cigarran, G. P., & Birnbaum, A. (2019). The Effects of Adverse Childhood Experiences on Internalizing Versus Externalizing Outcomes. *Criminal Justice and Behavior*, 46(4), 568–589. <https://doi.org/10.1177/0093854819826213>
- O'Dougherty Wright, M. (2007). The long-term impact of emotional abuse in childhood: Identifying mediating and moderating processes. *Journal of Emotional Abuse*, 7(2), 1–8. https://doi.org/10.1300/J135v07n02_01

- Oliveira, M., & Sani, A. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Violência Intergeracional*, 6, 162–170.
- Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C. A., & Hutz, C. S. (2005). Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 55–61. <https://doi.org/10.1590/s0102-79722005000100008>
- Pechorro, P., Nunes, C., Gonçalves, R. A., Jesus, S. N., & Simões, M. R. (2019). The socially desirable response SET-5: Validation among a school sample of Portuguese youths. *Revista Iberoamericana de Diagnostico y Evaluacion Psicologica*, 52(3), 15–25. <https://doi.org/10.21865/RIDEP52.3.02>
- Pires, A., & Miyazaki, M. (2005). Maus-tratos contra crianças e adolescentes. PIRES, Ana L. D.; MIYAZAKI, Maria C. O. S. . Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. ARQUIVOS DE CIÊNCIAS DA SAÚDE. São José do Rio Preto: FAMERP, p.42-49, jan./mar. . *The American Mathematical Monthly*, 27(2), 42–49. <https://doi.org/10.2307/2973176>
- Sani, A. (2019). Violência doméstica e filioparental - crianças expostas à violência interparental. In *Violência Familiar e Filioparental* (1st-Centro ed., pp. 57–74). Formação continua. http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/eb_ViolenciaFF.pdf
- Savić, A., & Jukić, V. (2014). Neurobiology of aggression and violence. *Socijalna Psihijatrija*, 42(2), 109–113. <https://doi.org/10.1002/9781119171492.wecad362>
- Silva, S., & Maia, Â. (2008). Versão portuguesa do Family ACE Questionnaire (Questionário da História de Adversidade na Infância). *Actas Da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, 1–15. [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao Portuguesa do Family Ace Questionnaire %28Susana Silva %26 Angela Maia%29.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao%20Portuguesa%20do%20Family%20Ace%20Questionnaire%20Susana%20Silva%20Angela%20Maia.pdf)

- Sistema de Segurança Interna [SSI]. (2020). Relatório Anual de Segurança Interna de 2020. *Relatório Anual de Segurança Interna – Ano*, 254. [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório Anual de Segurança Interna \(RASI\)/RASI 2016.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)/RASI 2016.pdf)
- Stanford, M. S., Houston, R. J., Mathias, C. W., Villemarette-Pittman, N. R., Helfritz, L. E., & Conklin, S. M. (2003). Characterizing aggressive behavior. *Assessment*, 10(2), 183–190. <https://doi.org/10.1177/1073191103010002009>
- Starecheski, L. (2015, March). Take The ACE Quiz — And Learn What It Does And Doesn't Mean. *Health News from Npr*. <https://www.npr.org/sections/health-shots/2015/03/02/387007941/take-the-ace-quiz-and-learn-what-it-does-and-doesnt-mean?t=1610119048341&t=1610148997935>
- Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M., Alink, L., & IJzendoorn, M. (2014). *The prevalence of child maltreatment across the globe: review of a series of meta-analyses* (Vol. 24, pp. 37–50). <https://doi.org/10.1002/car.2353>
- Toth, S. L., & Cicchetti, D. (2013). A Developmental Psychopathology Perspective on Child Maltreatment. *Child Maltreatment*, 18(3), 135–139. <https://doi.org/10.1177/1077559513500380>
- Unicef. (2020). *Sexual Violence*. <https://data.unicef.org/topic/child-protection/violence/sexual-violence/>